

HABEAS CORPUS Nº 570.113 - PA (2020/0078264-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO
ADVOGADO : RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO - PA026925
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : RUBERVAN FARIAS LOBO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RUBERVAN FARIAS LOBO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Pará que, nos autos do *Habeas Corpus* n. 0802792-29.2020.8.14.0000, indeferiu o pedido liminar.

Os autos dão conta de que o paciente foi preso em flagrante e, posteriormente, denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 121, §§ 2º, II, IV e VI, 2º-A, I, e 7º, II, do Código Penal (homicídio qualificado), isso porque, "*no dia 05 de julho de 2019, durante a madrugada, RUBERVAN FARIAS LOBO, de forma livre e consciente, imbuído de animus necandi, por motivo fútil, sem dar chance de defesa à vítima, contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, tendo em vista violência doméstica e familiar, utilizando arma de fogo (revólver), efetuou 01 (um) disparo contra a vítima I. H. G. R. L., na casa desta, a qual foi a óbito no mesmo instante*" (e-STJ fl. 28).

Posteriormente, mais precisamente, na data de 21/11/2019, o Juízo da Vara Única da Comarca de Monte Alegre/PA proferiu sentença de pronúncia (e-STJ fls. 28/36).

Alegando excesso de prazo na formação da culpa, haja vista que o paciente se encontrava segregado há mais de 8 (oito) meses sem que houvesse sido designada data para realização da sessão do Tribunal do Júri, bem como destacando a grave situação decorrente da propagação do novo coronavírus – Covid19, a defesa impetrou *habeas corpus* com pedido liminar no Tribunal de origem.

O pleito liminar foi, contudo, indeferido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 16/20).

Superior Tribunal de Justiça

Na presente impetração, a defesa reafirma as alegações originárias, destacando que *"fica nitidamente demonstrado que o paciente vem sofrendo coação ilegal em sua liberdade, eis que custodiado provisoriamente há mais de 08 (oito) meses sem previsão se quer da data para realização de sessão do Tribunal do Júri ou concessão do direito de aguardar em liberdade a referida sessão posteriormente designada pelo Juízo a quo"* (e-STJ fl. 8).

Afirma que, *"diante da grave pandemia que põe em risco a saúde e a vida das pessoas que convivem em ambiente de aglomeração, a defesa vem buscar minimizar o dano irreparável com amparo na Recomendação nº 62 do CNJ"* (e-STJ fl. 9).

Por isso, requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva e, subsidiariamente, a sua substituição pela prisão domiciliar.

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do STF), o que não ocorre na espécie.

Nesse sentido, confirmam-se:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 349.925/RJ, relatora a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 16/3/2016).

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE

CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 345.456/SP, relator o. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 24/2/2016).

Com relação aos pleitos apontados, destacou a Desembargadora relatora ao indeferir a liminar no writ originário (e-STJ fls. 19/20):

Como cediço, a Recomendação n.º 62, de 17/3/2020, do Conselho Nacional de Justiça, prevê a reavaliação da prisão cautelar, inclusive prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa.

No caso vertente, não se vislumbra que a situação do réu enseje o enquadramento nas hipóteses tratadas na Recomendação supramencionada. A uma porque o delito – homicídio qualificado - fora praticado com violência e grave ameaça à pessoa. A duas, porque, a prisão, embora superior a 90 (noventa) dias, fora revista recentemente pelo Juízo de conhecimento, consoante decisão acima transcrita, datada de 25 de março de 2020, cuja fundamentação, prima facie, revela idoneidade ao referir-se à necessidade de acautelamento social, diante da periculosidade concreta do paciente, externada pelo modus operandi da ação delitiva.

Por fim, registre-se que o paciente, embora junte receituário médico, datado de 03 de julho de 2019, e ofício assinado pelo Diretor do Centro de Triagem Masculina de Santarém, o qual refere o uso diário pelo paciente de anti-hipertensivos, o mesmo documento informa que o réu ostenta bom estado clínico de saúde. Além disso, o paciente não é pessoa idosa, possuindo 38 anos de idade, tampouco comprova ser portador de doença grave não controlada. [...]

No que concerne ao alegado constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo na formação da culpa, além de não ter sido demonstrada, de plano, a delonga processual injustificada, é cediço que, uma vez pronunciado o réu, não há falar no alegado excesso na instrução processual, conforme entendimento sumular do STJ e desta

Superior Tribunal de Justiça

Corte de Justiça, verbis:

Súmula nº 21/STJ: Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução.

Súmula nº 02/TJPA: Não há constrangimento ilegal, por excesso de prazo, se a decisão de pronúncia foi prolatada.

De mais a mais, as alegações arguidas em pleito liminar confundem-se com o mérito do writ, motivo pelo qual melhor devem ser apreciadas a quando do seu julgamento definitivo.

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Vale, ainda, mencionar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio, no bojo da ADPF n. 347. No julgamento foi alertado pelo Ministro Luiz Edson Fachin que "*o Judiciário não tem atribuição de induzir uma forma atípica de indulto*". Já a Ministra Carmem Lúcia afirmou que "*vivemos uma situação em que a menor judicialização possível fará melhor para o sistema do que a intervenção*".

É de relevo pontuar, também, que o Poder Público não se quedou inerte diante da situação. O Conselho Nacional de Justiça já publicou a Recomendação n. 62, que adotou medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde também publicaram a Portaria Interministerial n. 7, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação emergencial.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus***.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator